



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
JORNALISMO**

**JORNALISTAS NEGRAS E O RACISMO NO JORNALISMO  
ESPORTIVO TELEVISIVO**

AMANDA CARDOSO DOS SANTOS

RIO DE JANEIRO

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
JORNALISMO**

**JORNALISTAS NEGRAS E RACISMO NO JORNALISMO  
ESPORTIVO TELEVISIVO**

Monografia submetida à Banca de Graduação  
como requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social – Jornalismo.

**AMANDA CARDOSO DOS SANTOS**

**Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Henriques Costa**

Rio de Janeiro

2021

SS237j Santos, Amanda Cardoso dos  
Jornalistas negras e o racismo no jornalismo  
esportivo televisivo / Amanda Cardoso dos Santos. -  
Rio de Janeiro, 2021.  
52 f.

Orientadora: Cristiane Henriques Costa.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da  
Comunicação, Bacharel em Comunicação Social:  
Jornalismo, 2021.

1. jornalistas negras. 2. jornalismo esportivo.  
3. racismo. 4. mulheres negras. 5. racismo na mídia.  
I. Costa, Cristiane Henriques, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia Jornalistas Negras e o racismo no Jornalismo Esportivo televisivo, elaborada por Amanda Cardoso dos Santos.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Henriques Costa  
Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação – UFRJ  
Departamento de Comunicação – UFRJ

Profa. Dra. Ana Paula Goulart de Andrade  
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ  
Departamento de Comunicação - UFRJ

Débora Gares  
Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ  
Jornalista do Grupo Globo

Rio de Janeiro

2021



Em 16 de ABRIL de 2021 esteve reunida a Banca Examinadora composta pelos seguintes **professores examinadores** ANA PAULA GOULART DE ANDRADE, DÉBORA GARES e por CRISTIANE HENRIQUES COSTA, como **professor orientador**, além do(a) **aluno(a)** AMANDA CARDOSO DOS SANTOS, (DRE nº 114152763) do curso de Comunicação Social, habilitação em **JORNALISMO** que apresentou o projeto experimental sobre o tema **JORNALISTAS NEGRAS E O RACISMO NO JORNALISMO ESPORTIVO TELEVISIVO**.

Avaliado o trabalho, a Banca atribuiu grau 10.0 ao Projeto Experimental do aluno. Nada mais havendo a observar fica lavrada a presente ata que vai datada e assinada pela Banca e pelos alunos.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2021.

---

Professor Examinador

---

Professor Orientador

---

Professor Examinador

---

Aluno

*dark phrases of womanhood  
of never havin been a girl  
half-notes scattered  
without rhythm/no tune  
distraught laughter fallin  
over a black girl's shoulder  
it's funny/it's hysterical  
the melody-less-ness of her dance  
don't tell nobody don't tell a soul  
(...)*

*somebody/anybody  
sing a black girl's song  
bring her out  
to know herself  
to know you  
but sing her rhythms  
carin/struggle/hard times  
sing her song of life  
she's been dead so long  
closed in silence so long  
she doesn't know the sound  
of her own voice  
her infinite beauty  
she's half-notes scattered  
without rhythm/no tune  
sing her sighs  
sing the song of her possibilities  
sing a righteous gospel  
let her be born  
let her be born  
(...)*

*this is for colored girls who have considered suicide  
but moved to the ends of their own rainbows.*

- Ntozake Shange<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> SHANGE, Ntozake. For colored girls who have considered suicide / When the rainbown is enuf. Editora Scriber Book Company. Nova York: 1997.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os amigos que me estenderam a mão em momentos difíceis, possibilitando que eu chegasse até aqui. Especialmente Iana Faini, Valéria Faini e Thaynara Lima. Aos meus irmãos, pelo amor infinito. E à minha avó, por todas as orações. Aos professores da Escola de Comunicação, ao menos alguns, pela paciência, generosidade e palavras de incentivo. A todos que lutaram, e ainda lutam, pela política de cotas nas universidades públicas. Agradeço também às jornalistas Débora Gares e Raphaele Seraphim que me concederam entrevista para que este trabalho fosse realizado.

CARDOSO, Amanda. **Jornalistas negras e o racismo no Jornalismo Esportivo televisivo.**  
Orientadora: Cristiane Henriques Costa. Monografia (Graduação em Comunicação Social –  
Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2021.

## RESUMO

Este trabalho analisa a atuação de jornalistas esportivas negras nos canais e programas de esportes que vão ao ar no Rio de Janeiro e busca demonstrar como este grupo não é beneficiado pelas estratégias de inclusão e equidade de gênero no jornalismo esportivo. Buscamos analisar como o racismo historicamente põe as mulheres negras em desvantagens em relação às mulheres brancas e como a opressão de raça e gênero reduz as oportunidades de jornalistas negras no esporte. Para isso, utilizamos a revisão bibliográfica e histórica e as experiências de profissionais na ativa. Além de reportagens, áudios e vídeos disponíveis na imprensa, incluímos relatos concedidos em entrevista por duas jornalistas de um dos canais selecionados para a pesquisa.

**Palavras-chave:** jornalistas negras; jornalismo esportivo; racismo; mulheres negras; racismo na mídia.



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2. FACES DO RACISMO</b> .....	4
2.1 Racismo e mídia .....	6
2.2 A condição específica da mulher negra .....	12
2.3 Racismo e as representações da mulher negra na mídia .....	13
<b>3. FEMINISMO X MULHERES NEGRAS</b> .....	17
3.1 Feminismo negro .....	20
3.2 Feminismo mainstream .....	22
<b>4. A MULHER NO JORNALISMO ESPORTIVO BRASILEIRO</b> .....	24
4.1 As pioneiras .....	25
4.2 A primeira mulher negra no jornalismo esportivo brasileiro .....	26
4.3 A chegada na TV .....	28
4.4 Rostos invisíveis .....	30
<b>5. RACISMO NO JORNALISMO ESPORTIVO TELEVISIVO: MULHERES NEGRAS E OS DUPLOS OBSTÁCULOS DA PROFISSÃO</b> .....	32
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	40
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	44

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem sido bastante celebrado o aumento da atuação de mulheres no jornalismo esportivo. Hoje, os principais canais de esportes do país não apenas contam com mais repórteres e apresentadoras, mas também exibem narradoras e comentaristas mulheres. O marco é importante, mas deixa de lado as jornalistas negras, que seguem sendo minoria no telejornalismo esportivo: há apenas uma apresentadora negra, duas repórteres e uma comentarista em atividade. Todas em atuação nos canais do Grupo Globo. Somando-se o número de todas as jornalistas negras que já trabalharam com esporte na televisão não chegamos a um terço da quantidade de mulheres brancas que tiveram a mesma oportunidade. A desigualdade é histórica.

Uma vez que as mulheres negras representam 25% da população brasileira e a pretos e pardos já são 50% dos alunos do ensino superior, segundo dados do IBGE, é notável que a hegemonia branca na televisão não representa a realidade do país.

Com base nesta observação, este trabalho tem como objetivo analisar como os processos de construção da identidade da mulher negra no Brasil resultam na sub-representação desse grupo na mídia, principalmente em áreas que são calcadas em credibilidade e conhecimento, como é o caso do telejornalismo. Também considera-se como o preconceito de gênero age em conjunto com o racismo, fazendo com que mulheres negras sejam duplamente discriminadas por não serem associadas a conceitos como intelectualidade, feminilidade e beleza.

A motivação para a realização deste trabalho vem do incômodo em observar que, assim como nas novelas, filmes e propagandas, as mulheres que se destacam na cobertura de esportes estão todas dentro de um mesmo padrão. A partir disso, surgiu a necessidade de ampliar a discussão sobre desigualdade de gênero na profissão, porque falar de “mulheres” e “mulheres negras” têm significados diferentes. Como propõe Angela Davis,

Continuarão a existir dois distintos desse movimento de mulheres, um visível e outro invisível, um reconhecido publicamente e o outro ignorado? Se essa pergunta for respondida de modo afirmativo, isso significa que a busca por igualdade continuará a ter sérias falhas. O potencial revolucionário do movimento de mulheres por igualdade ainda não terá sido realizado.

Influenciados pelo racismo, os defeitos da primeira e da segunda ondas terão se tornado uma herança para a terceira onda. (DAVIS, 2017, p. 18)

Partindo da revisão de bibliografia sobre raça e racismo no Brasil e pesquisas que mostram como a discriminação racial se manifestou na mídia ao longo das décadas, este trabalho foi desenvolvido com a intenção de demonstrar que o baixo número de mulheres negras na cobertura de esportes na TV está relacionado com processos históricos de políticas discriminatórias que perduram até os dias atuais. Também é mencionado como o próprio movimento feminista hegemônico falha em acolher as demandas das mulheres não-brancas, tornando-se mais um instrumento de reprodução de desigualdades e apagamentos.

Para ilustrar as informações e dados coletados através da metodologia de pesquisa, foram selecionados dois casos relevantes ambientados em dois dos canais escolhidos como objetos de análise, além das experiências de duas jornalistas esportivas negras que trabalham na televisão atualmente e nos concederam entrevistas.

Foram escolhidos os canais a cabo ESPN Brasil/Fox Sports<sup>2</sup> e SporTV, além da Rede Globo de Televisão. A escolha desses canais a cabo se justifica, em primeiro lugar, por se tratarem de referências na cobertura de esportes e os mais assistidos no Brasil, segundo dados do do Painel Nacional de Televisão publicados pelo *UOL Esportes* em 2020<sup>3</sup>. Já o único canal da TV aberta na lista, a Rede Globo foi escolhida por deter a maior audiência do país, sendo a emissora de maior penetração em território brasileiro com mais de 100 milhões de espectadores diários<sup>4</sup>, e referência na cobertura de grandes eventos esportivos.

Para a compreensão do argumento do trabalho, a pesquisa tem início no capítulo “Fases do Racismo”, onde conceituamos o racismo estrutural e institucional, e as diferenças teóricas e empíricas entre racismo, preconceito racial e discriminação racial. Adiante trazemos exemplos de reprodução dessas formas de opressão no espaço midiático e como elas se manifestam sobre a população negra, em especial as mulheres negras, e na construção da identidade desse grupo. As obras *O que é Racismo Estrutural* de Silvio Almeida, e *Cultura e Representação* de Stuart Hall são os dois pilares principais do início da discussão.

---

<sup>2</sup> Em maio de 2020, The Walt Disney Company, dona da ESPN, anunciou a compra da Fox Sports, resultando na fusão dos dois canais. Disponível em <<https://cutt.ly/yzdwwnu>> Acesso em 03 Mar 2021.

<sup>3</sup> Disponível em <<https://cutt.ly/ozdwiiC>> Acesso em 03 Mar 2021.

<sup>4</sup> Disponível em <<https://cutt.ly/lzdwsPM>> Acesso em 3 Mar 2021.

No capítulo “Feminismo x Mulheres Negras” debatemos o caráter excludente dos movimentos feministas liderados por mulheres brancas da burguesia e as diferenças entre as demandas desses grupos e as reivindicações das mulheres negras líderes de movimentos feministas racializados. Buscamos evidenciar como os processos históricos e estruturas sociais analisadas no capítulo anterior foram fundamentais para a construção de um ideal de feminino que não contempla a mulher negra, transformando-as em uma subclasse de indivíduo, e as sequelas desses acúmulos na sociedade e na mídia. As bases teóricas para este capítulo vem de obras de intelectuais negras referências internacionais nos estudos de raça e gênero: Angela Davis, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Patricia Hills Collins.

A partir do quarto capítulo, “A mulher no Jornalismo Esportivo”, começamos a traçar a história da participação feminina na profissão, desde 1947 com Maria Helena Rangel, uma das primeiras jornalistas esportivas do Brasil, e Vera Daisy Barcellos em 1978, a mulher negra apontada como uma das pioneiras não-brancas a trabalhar como repórter esportiva no país. Depois de um breve histórico da inclusão de mulheres na editoria de esportes nas redações, trataremos especificamente do telejornalismo esportivo e dos nomes que se destacam, entre negras e brancas, nas transmissões dos canais delimitados como objetos de análise para este trabalho, demonstrando o desequilíbrio na representação dos dois grupos.

Por fim, o capítulo “Racismo no Jornalismo Esportivo televisivo: mulheres negras e os duplos obstáculos da profissão” traz os relatos de duas jornalistas esportivas negras do Grupo Globo sobre suas experiências na profissão e suas percepções dos impactos do racismo no seu desenvolvimento profissional. Complementamos as histórias com a análise de dois casos que consideramos relevantes para a discussão. O primeiro trata da substituição de uma repórter negra, Camila Silva, por uma branca, Maria Palma, para a cobertura da Copa do Mundo de 2018 da Globo. O segundo caso é o do concurso Narra Quem Sabe, promovido pela Fox Sports para escolher uma narradora para este mesmo evento, que contou com mais de 300 inscritas e nenhuma mulher negra entre as finalistas.

Encerramos o trabalho procurando destacar os impactos da discriminação racial e de gênero sobre as jornalistas negras e a importância de um grupo de profissionais mais diversificado para a construção de um jornalismo mais responsável, considerando o papel da televisão na formação da opinião pública e como os canais de esporte podem ser responsáveis pela manutenção de ideias racistas e machistas que são reproduzidos pelo seu público.

## 2. FACES DO RACISMO

Segundo Silvio Almeida, todo racismo é estrutural e o racismo é “um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (ALMEIDA, 2019, p. 15). De fato, é impossível pensar a sociedade brasileira sem falar de racismo, considerando que o Brasil foi o último país ocidental a abolir a escravidão e um dos países onde a população negra ainda colhe os efeitos de anos de exploração e violências. 2020 foi um ano relativamente especial no que diz respeito ao debate acerca do racismo no país. Marcado por protestos contra a violência policial e campanhas nas redes sociais por diversidade e inclusão nos mais diversos setores da sociedade, pautas que já eram discutidas por coletivos, intelectuais e influenciadores negros ganharam novas proporções.

Apesar disso, fora dos espaços de debate ainda é muito forte a ideia de que o racismo é apenas uma ação deliberada de algum indivíduo, geralmente branco, contra uma pessoa negra. Um exemplo são casos como o do jornalista William Waack, que foi gravado falando de forma pejorativa sobre pessoas negras (“é coisas de preto”) em um vídeo vazado em 2017<sup>5</sup>. É o que Silvio Almeida chama de concepção individualista do racismo.

O racismo, segundo esta concepção, é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais. [...] Sob este ângulo, *não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo.* (ALMEIDA, 2019, p. 28, grifo do autor)

Essa visão simplista do racismo, que tem fortes raízes no mito da democracia racial — ideia de que não há racismo no Brasil por se tratar de uma nação de miscigenados —, faz com que outras faces, mais complexas e profundas, dessa opressão passem despercebidas, e consequentemente sejam normalizadas. Ora, se uma emissora de TV não diz deliberadamente que não contrata negros, ela não pode ser racista; a ausência de negros e negras no quadro de

---

<sup>5</sup> Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/09/politica/1510184872\\_072863.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/09/politica/1510184872_072863.html)>. Acesso em: 05 de Set. 2020.

funcionários é mera coincidência ou significa que os brancos são mais qualificados. Mas não é assim na prática. Na verdade, atitudes como a do jornalista William Waack conceitualmente seriam expressões de preconceito racial. De acordo com Silvio Almeida,

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

[...] o preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias.

[...] a discriminação racial é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. (ALMEIDA, 2019, p. 25)

Essa diferenciação é fundamental para a compreensão do que queremos tratar neste trabalho, que é a ausência de mulheres negras do noticiário esportivo televisivo e como este fato não é mera obra do acaso. Para que diferentes canais, voltados para diferentes públicos, não tenham mulheres negras a frente dos seus programas há toda uma combinação de preconceitos baseados em estereótipos com a discriminação que nasce a partir deles, privilegiando uns e desfavorecendo outros. É aí que entra a concepção institucional do racismo, onde as instituições são fundamentais para a reprodução e manutenção desses contrastes sociais.

[As instituições são] modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais. (HIRSCH, apud ALMEIDA, 2019, p. 29)

Nas palavras de Almeida,

é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências. (ALMEIDA, 2019, p. 30)

Dessa forma, é possível entender as instituições como um dos espelhos da estrutura social racista e também como um de seus alicerces, uma vez que agem de forma a naturalizar o domínio das classes hegemônicas. Esta é a razão pela qual achamos normais as desigualdades entre negros e brancos, principalmente as econômicas e no mercado de trabalho, e nos acostumamos a ver pessoas brancas ocupando espaços de destaque, poder e liderança, enquanto o negro geralmente é associado à vulnerabilidade, incapacidade e violência.

## **2.1 Racismo e Mídia**

Em um país em que mais de 50% da população se autodeclara negra, parda ou indígena, a presença de pessoas não-brancas na mídia deveria ser algo comum e natural. No entanto, não é o que acontece no Brasil. Ao ligar a televisão em qualquer emissora brasileira, o espectador se depara com uma realidade muito diferente do que mostram as estatísticas: a maioria das pessoas na frente das câmeras são brancas. Dos programas de auditório às novelas, dos filmes aos telejornais. No caso específico do telejornalismo, a diversidade do povo brasileiro, tão celebrada em propagandas governamentais, é quase inexistente. Desde a chegada da tv no Brasil, os jornalistas brancos são maioria nas bancadas de jornais, nas ruas como repórteres ou nos estúdios como apresentadores. Esse fenômeno não é um mero resultado do acaso, mas sim parte de um processo de embranquecimento midiático (PORTAL, 2016, p. 4), onde a exclusão de negras e negros é intencional e sistemática.

As principais emissoras de TV detêm de forma intencional o padrão europeu de jornalistas para a apresentação de telejornais, por exemplo, que se baseiam em cor, traços físicos e textura dos cabelos. É o que chamamos de embranquecimento midiático. (PORTAL, 2016, p. 4)

Para as mulheres negras, a discriminação é dupla, uma vez que além de discriminadas pelo gênero, elas também são discriminadas pela cor. Especialmente no âmbito esportivo, que é o objeto de estudo deste trabalho.

Este processo, como já apontado anteriormente, tem raízes na escravidão e segue se manifestando de diferentes formas mesmo após 132 anos após o seu fim. Ainda que livres com a assinatura da Lei Áurea em 1888, por muitos anos os negros viveram como subcidadãos, sem políticas públicas de reparação pelos anos de trabalhos forçados e transição para o trabalho remunerado. Segundo Florestan Fernandes

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (FERNANDES, 2008, p. 29)

Essa característica da abolição, descrita pelo autor como cruel, levou gerações de negros e negras a terem pouca ou nenhuma escolaridade, à mendigação, ao subemprego, desempenhando funções de baixa remuneração (carregadores, empregadas, engraxates etc). Muitos, inclusive, voltaram a trabalhar para seus antigos senhores. No Rio de Janeiro, foram dos cortiços no Centro da cidade, demolidos pelo prefeito Pereira Passos, para os morros, que hoje conhecemos como favelas ou comunidades. Enquanto isso, a imigração europeia era incentivada pelos governantes brasileiros, que subsidiaram a chegada de europeus no país. Tanto pela mão de obra barata, quanto para embranquecer a sociedade brasileira. Devido a falsa ideia de superioridade branca, difundida por teóricos racialistas europeus como Joseph-Arthur Gobineau, acreditava-se que aumentando o número de brancos no Brasil, o país se desenvolveria como os países do velho continente. Acreditava-se que a miscigenação era o caminho para a obliteração dos negros e construção do “verdadeiro” povo brasileiro.

Nessa época, a imprensa, instalada no país desde 1808, apresentava marcas de discurso que encontramos na imprensa até hoje. Uma pesquisa realizada por Elisabete



Rodrigues Moraes para o programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mostrou que durante o período de aprovação da Lei dos Sexagenários, em 1885, a libertação dos negros era tratada pela imprensa — inclusive a imprensa liberal e abolicionista — como uma questão fundamental apenas para a transformação do Brasil em um país civilizado como os países europeus. Pouco se discutia sobre as condições de vida da população negra e sua integração na sociedade. Nos poucos registros encontrados onde o negro era colocado em primeiro plano, a sua emancipação era vista como algo perigoso para si mesmo e para os demais.

O Diário<sup>6</sup> também deixa transparecer sua ideia sobre o escravo: um ser incapaz de refletir e tomar decisões sobre o certo e o errado. Não é dono do seu próprio destino. É necessário que os brancos, aqueles que generosamente concedeu a liberdade que eles mesmos haviam tirado, orientem os negros sobre suas decisões e seu futuro. (MORAES, 2014, p. 55)

Já no pós-escravidão, o negro começa a ter a sua imagem associada a vulnerabilidade, pobreza e violência. Foi o que constatou pesquisa realizada por João Paulo Barbosa nos principais periódicos que circulavam no Rio de Janeiro no período após a assinatura da Lei Áurea, utilizando os termos “pretos” e “pardos” para filtrar as notícias.

Na maior parte da pesquisa automática, as representações da cor preta ou parda tratavam de indivíduos específicos, se referiam a pessoas em situações cotidianas, eram notícias informativas. Essas notícias eram bastante desfavoráveis às pessoas pretas e pardas, pois reiteravam imagens negativas. Estavam principalmente nas crônicas policiais. Pode-se considerar, devido a essa sobrecarga, que a imprensa possuía certos discursos que alimentavam o imaginário da sociedade através da exclusão implícita das pessoas por sua cor de pele. Por outro lado, essas representações hegemônicas também objetivavam sensibilizar leitores sobre o sofrimento vivenciado pelas vítimas, denunciar a violência pela qual passavam os personagens, evidenciar a realidade de precariedade da sociedade e estabelecer parâmetros para ordenar o comportamento individual e social. (BARBOSA, 2016, p. 120)

---

<sup>6</sup> O Diário do Rio Grande do Sul, periódico do estado entre 1848 e 1910.

Quando não apareciam no extremo da violência, apareciam em outro extremo, o negro exemplar e fiel (FREYRE apud FERRO, 2016, p. 68). Ainda que a sociedade brasileira tenha experimentado alguns avanços nas questões de raça e classe nesses 132 anos, fato é que essas marcas de discurso não desapareceram da imprensa, apenas se modificaram. As marcações de raça, já não tão utilizadas, deram lugar às imagens e expressões como “marginais”, “menores”, “traficantes” (negros e moradores de favelas) vs. “acusado”, “jovens”, “fornecedor de drogas” (brancos e moradores de bairros de classe média).

A expressão “jovens de classe média” é geralmente usada em outros contextos no texto jornalístico – isto é: estilo de vida, consumo, inserção no mercado de trabalho etc. - e não tem conotação pejorativa. Já a palavra “traficante” pertence justamente a esse contexto, o caderno policial. Além disso, é um termo de conotação pejorativa e está relacionado no senso comum à favela. (ROCHA, 2016, p. 9-10)

Com a chegada da televisão no Brasil em 1950, as escolhas narrativas que associam o negro à pobreza, desordem, vulnerabilidade e violência também foram levadas para as telas nos telejornais e programas de caráter informativo — problema que também se estende aos dias de hoje. Conforme constatou Rogério Ferro no artigo *O Negro Sem Cor no Telejornalismo Brasileiro*, desconsiderando raras exceções, o negro segue aparecendo nos noticiários em dois extremos: o negro criminoso e em vulnerabilidade social e o “negro de sucesso”, que é “exemplo de superação”. Por outro lado, aos brancos são dadas maiores possibilidades de representação (FERRO, 2016, p. 68).

Já o ponto intermediário dessas extremidades – onde acredito ser *fabricada* a figura do *cidadão comum*, – nunca é retratado a partir de um *personagem da vida real* negro. Pelo contrário, nota-se uma hegemônica prevalência de *personagens da vida real* brancas, sempre desconsiderando a diversidade racial que caracteriza a nação brasileira. (FERRO, 2016, p. 68, grifo do autor)

Para chegar a essa conclusão, o autor analisou uma dúzia de reportagens sobre saúde e qualidade de vida na terceira idade, apresentadas semanalmente no programa Fantástico, da

Rede Globo, entre novembro de 2006 e fevereiro de 2007. A pesquisa revelou que 89% do tempo dedicado a entrevistas e imagens de ações cotidianas eram preenchidos por personagens brancos, enquanto negros apareciam apenas 11%. A mesma discrepância apareceu quando foi considerado o grau de relevância dos personagens nas matérias: brancos 86,8%, negros 13,2% (FERRO, 2016, p. 66). O grande problema aqui é que a escolha de personagens para reportagens televisivas não é feita aleatoriamente. Há um processo de procura, entrevistas, avaliação e decisão, feito por jornalistas e editores que levam em consideração diferentes critérios, entre eles a aceitação do público ao que está sendo veiculado. Por este motivo, foi possível inferir que o telejornalismo tem grande contribuição na manutenção dos estereótipos (FERRO, 2016, p. 66). Inclusive, as constantes negativas dos colegas em utilizar pessoas negras como personagens de reportagens que não fossem sobre pobreza ou violência que motivou o autor da pesquisa.

Feitas as gravações, impôs-se a necessidade de escolher o personagem principal, que ilustraria em primeiro plano a história a ser contada. Um deles, o de um rapaz de 14 anos, que respondia positivamente a todos os requisitos exigidos – era adolescente, sedentário, consumidor voraz de TV, estava com sobrepeso e, o mais importante, era comunicativo – foi reprovado, quase que por unanimidade [...]. Os contrários à sua escolha argumentaram que ilustrar uma reportagem a partir de um negro poderia “causar um ruído na mensagem”. Os receptores “estranhariam” a presença de uma família de afrodescendentes como personagem principal de uma “história comum”. (IDEM, p. 64)

O que se chama no jornalismo de audiência presumida é um dos pontos fundamentais para entender o possível estranhamento do espectador. Ainda que seja difícil categorizar o público de um programa como o Globo Repórter, que atinge milhões de brasileiros, entende-se que “o público quer ver na sua casa um rosto amigo, uma voz afável com o qual se identifique, com a qual tenha empatia” (FRANÇA, 2006, p. 14). Isso interfere não só nas escolhas de personagens para reportagens, como também em como as emissoras selecionam seus jornalistas. Como dito anteriormente, há uma busca pela padronização dos programas de televisão, onde a aparência do transmissor da mensagem é considerada um fator determinante

para a sua credibilidade perante o espectador. Além disso, a repetição e a uniformidade aparecem como ferramentas de fidelização da audiência.

as emissoras de televisão têm sua estratégia de programação baseada fundamentalmente em um ritual de repetição, o qual é responsável por gerar audiência e fidelidade por parte do telespectador. Ou seja, “as ideias de totalidade e de uniformidade de uma emissora se realizam por meio de uma estética que é aferida na repetição de signos, formas, modelos de programas, cenários, personagens e enredos, cores, gestos e discursos.” (FERREIRA apud ACEVEDO; TRINDADE, 2011, p. 95)

Outra problemática é que as experiências pessoais dos próprios jornalistas também interferem nas suas decisões profissionais (ECO apud FRANÇA, 2006, p. 14); assim, um grupo de jornalistas majoritariamente branco tende a pensar a produção da notícia através da sua própria imagem e visão de mundo. Como o contingente de jornalistas negros e negros em cargos de liderança e tomada de decisão nas redações é consideravelmente menor, a representação da população negra fica nas mãos de pessoas brancas.

Estando à margem desses poderes, a população negra raramente tem a oportunidade de ser responsável por representar a si mesma nestes espaços. O poder dessa identificação, portanto, fica nas mãos da maioria que detém essa estruturação, “pois esse poder depende da posição que se ocupa no sistema de relação que liga os grupos.” (CUCHE apud PIMENTA, 2018, p. 2)

A questão da representação aqui é importante porque ela pode ser utilizada como uma ferramenta de dominação e exclusão (HALL, 2016). Em seus estudos sobre representação, Stuart Hall defende que para um grupo exercer poder sobre o outro uso de força física nem sempre é necessário. Para o autor, a representação é uma forma de exercer poder e a estereotipagem negativa é uma das ferramentas utilizadas pelas classes dominantes na manutenção da sua hegemonia. Em diálogo com o autor, aparece a Teoria da Figuração Estabelecidos e Outsiders, de Norbert Elias e John Scotson, em que determinou-se que um “grupo Estabelecido tende a atribuir a si próprio uma imagem positiva, exemplar, nômico ou

normativo e por outro lado, aos Outsiders são atribuídos um conjunto de características ruins, negativas ou anômicas” (ACEVEDO; TRINDADE, 2011, p. 96).

## 2.2 A condição específica da mulher negra

Conforme discutido até então, desde o fim da escravidão toda a população negra foi vítima da falta de políticas públicas de reparação e da disseminação de estereótipos negativos na sociedade — o que inclui a mídia (jornais impressos e tv). A partir deste tópico falaremos especificamente de como a mulher negra foi atingida nesse processo e como isso se reflete nos meios de comunicação, especialmente na televisão. É sabido que a televisão tem grande poder de disseminação de discursos e que os grupos hegemônicos se utilizam dessa plataforma para manutenção da ordem social vigente, com a “transmissão de ideias de comportamento, além do reforço de desigualdades existentes” (SILVA, 2016, p. 7).

Segundo Stuart Hall, ser estereotipado significa ser “reduzido a alguns elementos fixados pela natureza, a umas poucas características simplificadas” (HALL, 2016, p. 169). Ainda de acordo com o autor,

[os estereótipos] se apossam das poucas características “simples, vívidas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas” sobre uma pessoa; tudo sobre ela é reduzido a esses traços que são, depois, exagerados e simplificados. [...] a *estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a “diferença”*. (HALL, 2016, p. 191, grifo do autor)

O autor cita um estudo de David Bogle que identifica estereótipos que sobreviveram após o fim da Guerra Civil e eram reproduzidos no cinema americano no início do século XX. Alguns exemplos são os malandros (*coons*), mal-encarados (*bad-bucks*), a mulata trágica e as mães pretas (*mammies*) (BOGLE apud HALL, 2016, p. 177). Esses dois últimos são interessantes porque são exemplos da dupla opressão citada no início do capítulo: o racismo e o machismo. Além disso, são dois dos principais estereótipos sobre mulheres negras ainda muito presentes no imaginário popular e amplamente vistos na mídia até hoje, não só nos Estados Unidos, como também no Brasil.

A *mulata trágica* — a mulher de raça mista [...], bonita, sexualmente sedutora e muitas vezes exóticas, o protótipo da heroína ardente e sexy, cujo o sangue (parcialmente branco) faz dela “aceitável” e até mesmo atraente para os homens brancos, mas cuja mancha indelével de sangue negro a condena a um final trágico. As *mães pretas* — protótipo da servente doméstica, geralmente grande, gorda, mandona e intratável [...] com sua absoluta devoção à casa dos brancos e sua subserviência inquestionável em seus locais de trabalho. (BOGLE apud HALL, 2016, p. 177, grifos do autor)

Lélia Gonzalez discorre sobre essa questão apontando para o fato de que a articulação do racismo com o sexismo “produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, 1984, p. 224). Em diálogo com Bogle e Hall, mas numa perspectiva focada na realidade brasileira, a autora inclui a noção de doméstica ao lado da mulata e da mãe preta. Gonzalez defende que a mulata e a doméstica “são atribuições de um mesmo sujeito” com origem na figura da mucama (IBIDEM, p. 228-230), que não só eram forçadas a prestar toda sorte de serviços domésticos para as senhoras, como também eram forçadas a ter relações sexuais com seus senhores. A mulher negra, que é vista como a doméstica no cotidiano, vira a mulata no Carnaval, um momento que une exaltação e objetificação. Nas palavras da autora,

É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. Estes, por sua vez, tentam fixar sua imagem, estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os “flashes” se sucedem, como fogos de artifício eletrônicos. E ela dá o que tem, pois sabe que amanhã estará nas páginas das revistas nacionais e internacionais, vista e admirada pelo mundo inteiro. Isto, sem contar o cinema e a televisão. (GONZALEZ, 1984, p. 228)

E continua

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação;

porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. (IBIDEM, p. 230)

Por fim, diferentemente da definição do teórico britânico, na tese de Carneiro a mãe preta brasileira não aparece como a mulher que ama e se entrega incondicionalmente ao bem-estar dos brancos, mas simplesmente como aquela responsável pela maternidade no sentido conotativo da palavra.

ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. (GONZALEZ, 1984, p. 235)

A partir dos estudos de Hall sobre estereótipos e Gonzalez sobre racismo e sexismo, é notável como a experiência da mulher negra na sociedade patriarcal, capitalista e racista é diferente tanto da experiência do homem negro, quanto a da mulher branca — ainda que em existam algumas intersecções que liguem a mulher negra a esses dois grupos. Diferentemente do homem negro que é mais criminalizado, a mulher negra é mais objetificada e mais associada ao trabalho doméstico e à servidão, como destacou Isadora Vilardo em *Protagonistas negras na Rede Globo: a construção da identidade das mulheres negras no Brasil*:

A visão estereotipada da mulher negra a reduz, então, a um ser subserviente, seja para o trabalho doméstico ou de apoio (a mãe preta), seja para o trabalho sexual (a mulata). Não são leituras isoladas, se misturam em alguns pontos de maneira a se renovar constantemente. No seio de concepção está a ideia de que a função da mulher negra é nutrir ao outro, tal qual uma ama de leite. (VILARDO, 2017, p. 22)

Esses fatores somados a ausência de reparações econômicas e possibilidades de emancipação empurraram as mulheres negras para um estado de extrema vulnerabilidade social, duplas jornadas de trabalho e de opressão dentro e fora de sua comunidade — já que, com o fim da escravidão, a hierarquia da sociedade patriarcal branca também se estabeleceu dentro dos lares de famílias negras (VILARDO, 2017). O trabalho doméstico tornou-se, de fato, uma tarefa desempenhada majoritariamente por mulheres negras nas casas de famílias brancas da classe média, condição que persiste até os dias atuais. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2018 5,7 milhões das pessoas empregadas em serviços domésticos remunerados eram mulheres, sendo 3,9 milhões mulheres negras.

Na mídia, a exemplo da pesquisa de Ferro (2016), também é maior o protagonismo de mulheres negras em narrativas relacionadas à servidão, ao sofrimento e à superação, enquanto o lugar de cidadã comum fica reservado às mulheres brancas. Isso acontece não só no jornalismo, como também no entretenimento. Especialmente nas novelas brasileiras.

Para efeitos de concisão, utilizamos como base as novelas da Rede Globo, emissora com maior penetração e índices de audiência no país. Como aponta Isadora Vilardo, durante décadas os papéis escritos para mulheres negras eram exclusivamente de personagens em posições subalternas e de pouco destaque, com alguns estereótipos importados da cultura americana (VILARDO, 2017), como a mulata sensual e trágica e a mãe preta. Essas personagens sofreram alterações com o passar dos anos — nem sempre positivas — mas seguiram marcadas pela falta de narrativa própria, servindo apenas como apoio ao desenvolvimento dos personagens brancos. Ainda segundo a autora, novos estereótipos foram criados, como a empregada fofoqueira e o capitão do mato. Em se tratando de protagonismo, a primeira protagonista negra da TV brasileira foi Ruth de Souza, interpretando Tia Cléo, uma escrava, na novela *A Cabana do Pai Tomás* (1969).

Só 35 anos depois, em 2004, é que uma mulher negra seria protagonista novamente. Taís Araújo interpretou Preta, uma feirante, na novela *Da Cor do Pecado*. Os anos 2000, inclusive, foram marcados por uma maior inserção de protagonistas negras nas novelas da TV Globo, uma mudança impulsionada pela mudança no perfil do telespectador (VILARDO, 2017, p. 29). Porém, até 2016 das sete protagonistas negras da emissora, três foram interpretadas por Taís Araújo (*Cheias de Charme*, 2012; *Viver a Vida*, 2009 e *Da Cor do Pecado*, 2004) e quatro por Camila Pitanga (*Velho Chico*, 2016; *Babilônia*, 2015; *Isabel*, 2012 e *e Cama de Gato*, 2009), uma mulher negra de pele clara, cabelos ondulados e traços finos.



Outro dado importante é que dessas sete protagonistas, cinco eram pobres e tinham empregos subalternos, como faxineira, empregada doméstica e feirante. Além disso, apenas duas dessas novelas eram novelas das 21h, considerado o horário nobre da Globo.

Conforme destacado acima, a televisão desenvolve papel social significativo na sociedade brasileira. Apesar de vivermos a “era digital”, a TV ainda é muito mais presente nos lares brasileiros do que a internet. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados em janeiro deste ano<sup>7</sup>, 97% dos domicílios brasileiros possuem ao menos um aparelho de TV, enquanto 79,9% possuem acesso à internet.

a televisão é o principal acesso à informação e as manifestações culturais de maneira mais abrangente do território brasileiro. A população brasileira tem muitas vezes acesso mais fácil a um televisor do que a outros bens culturais como museus, teatros, cinema e a literatura. (GIRÓ apud VILARDO, 2017, p. 30)

Dentro desse cenário, as novelas são um dos produtos midiáticos que mais atraem espectadores para a frente da tela, sendo responsáveis por pautar discussões, ditar comportamentos e tendências.

Ao assistir uma novela e as relações dos personagens, a forma com que vivem suas vidas e lidam com as situações que constroem a narrativa, o público é bombardeado de informações. Sendo a principal fonte de cultura, também é uma fonte de grande relevância de julgamentos e construções sociais e até políticas. É, principalmente, fonte de detalhes que ajudam o indivíduo a construir sua própria identidade, permanentemente em formação na sociedade contemporânea. (VILARDO, 2017, p. 31)

Por este motivo, a forma como mulheres negras são representadas nessas narrativas é um fator de grande impacto na percepção desse grupo, não só por parte de terceiros, mas afetando também o seu próprio olhar e autoestima. A estereotipagem e representação de mulheres

---

<sup>7</sup> Disponível em

<<https://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/em-2020-a-tv-ainda-e-mais-influente-do-que-a-internet.d41a67c71563ca1cecea98db566fd53aby5tdndu.html>> Acesso em: 20 Set 2020.

negras em personagens sem importância ou em posição de servidão aos brancos são um instrumento de violência simbólica, que tem como objetivo determinar o lugar dessas mulheres na sociedade. Não é por acaso que a jornalista Maria Júlia Coutinho foi vítima de ofensas racistas na sua estreia como garota do tempo no Jornal Nacional em 2015<sup>8</sup> e, posteriormente, como apresentadora do Jornal Hoje, em 2019<sup>9</sup>.

Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). (GONZALEZ, 1984, p. 230)

Recentemente, novas personagens negras com mais nuances e desenvolvimento foram adicionadas às tramas. Na novela *O Outro Lado do Paraíso* (2017), Erika Januza interpreta uma juíza negra, mas como personagem secundária, enquanto em *Amor de Mãe* (2019), Taís Araújo interpreta uma advogada de sucesso, dividindo o protagonismo com Regina Casé e Adriana Esteves.

### 3. FEMINISMO X MULHERES NEGRAS

Ainda que o sexismo seja um problema de todas as mulheres, as diferenças de demandas das mulheres brancas e mulheres negras é pauta de discussão desde o surgimento do movimento feminista. Conforme o discutido até aqui, mulheres brancas e mulheres negras tiveram “pontos de partida” diferentes na sociedade ocidental; as primeiras sendo senhoras, as segundas, escravas. Mesmo após o fim da escravidão, mulheres negras continuaram a servir os lares brancos, passando a serem as empregadas domésticas, diaristas, passadeiras, babás e cozinheiras de hoje. A objetificação e abuso por parte dos patrões eram comuns; além disso, muitas também recorreram ao trabalho sexual em busca de sustento. Segundo Sueli Carneiro,

---

<sup>8</sup> Disponível em

<<http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2015/07/maria-julia-coutinho-maju-e-vitima-de-racismo-no-facebook.html>> Acesso em: 21 Set 2020.

<sup>9</sup> Disponível em

<<https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2020/04/maju-coutinho-vai-entrar-na-justica-contra-empresario-apos-se-r-vitima-de-racismo.shtml>> Acesso em: 21 Set 2020.

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (CARNEIRO, 2011, p. 1)

A própria noção de humanidade e de quem era ou não uma mulher é importante para entender essa separação. Além de serem tratadas como mercadorias durante séculos, no pós-abolição as mulheres negras sequestradas da África tiveram a sua imagem ligada ao corpo (HOOKS apud RIBEIRO, 2017, p. 18; HALL, 2016) e a tudo que ia contra a noção de feminino pelo etnocentrismo e naturalismo europeu da época. Assim como aconteceu com a africana Saartjie Baartman, a Vênus Hotentote<sup>10</sup>, características físicas, como o quadril largo, eram marcadores da diferença entre as mulheres e das não-mulheres, “o Outro” (HALL, 2016, p. 203). Assim, às mulheres negras não eram vistas como delicadas ou frágeis e a elas não era concedida a mesma proteção que às mulheres brancas, conforme denunciou a abolicionista Sojourner Truth, em seu famoso discurso *E eu não sou uma mulher?*, na Convenção dos Direitos da Mulher de 1851:

Aquele homem lá diz que as mulheres precisam de ajuda para entrar em carruagens e atravessar valas, e sempre ter os melhores lugares não importa onde. Nunca ninguém me ajudou a entrar em carruagens ou a passar pelas poças, nem nunca me deram o melhor lugar. E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem o meu braço! Eu arei a terra, plantei e juntei toda a colheita nos celeiros; não havia homem páreo para mim! E eu não sou uma mulher? Eu trabalhava e comia tanto quanto qualquer homem – quando tinha o que comer -, e ainda aguentava o chicote! E eu não sou uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria delas sendo vendida como escrava, e quando gritei a minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher?<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Saartje Baartman foi uma mulher africana famosa por ser exibida como atração “bizarra”, dentro e jaulas, em eventos europeus entre 1810 e 1815, ano de sua morte. Seu corpo de 1,37 de altura e nádegas protuberantes foram analisadas e patologizadas durante este período por médicos europeus. Fonte: Cultura e Representação, Stuart Hall, 2016, página. 201-205.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://revistaphilos.com/2018/11/29/e-eu-nao-sou-uma-mulher-por-sojourner-truth/>> Acesso em 30 Out 2020.

Em diálogo com Truth, Sueli Carneiro aponta que o mito da fragilidade feminina, ainda que faça parte da cultura machista da nossa sociedade, nunca existiu para mulheres negras, que fazem parte da força de trabalho desde a construção do país.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... (CARNEIRO, 2011, p. 1)

Simone de Beauvoir classificou a mulher como “o Outro” do homem em seus estudos de gênero na obra *O Segundo Sexo*. Esse conceito foi aprimorado por Grada Kilomba quando analisou a posição das mulheres negras em meio ao racismo e ao sexismo, classificando-as como “o Outro do Outro”, uma vez que não são homens, nem brancas (KILOMBA apud RIBEIRO, 2017, p. 23) e, por isso, acabam colocadas à margem tanto nas discussões sobre gênero — pautadas pelos problemas das mulheres brancas — quanto nas discussões sobre raça — pautadas pelos problemas dos homens negros.

Angela Davis aponta que um dos grandes impasses entre mulheres brancas e não-brancas (termo que inclui mulheres indígenas e asiáticas) durante o movimento sufragista era o fato de que as últimas não enxergavam como o direito ao voto poderia ser emancipador para elas, estando mais preocupadas em mudar a sua situação econômica (DAVIS, 2017, p. 16). Segundo a autora americana, a prevalência das mulheres brancas burguesas à frente dos movimentos de emancipação feminina criava um distanciamento das mulheres das classes trabalhadoras, uma vez que essas não se identificavam com as suas demandas. Para Davis, “o fato de que as estratégias de luta se baseavam especificamente na condição das mulheres brancas das classes privilegiadas colocava tais estratégias em desacordo com as noções de empoderamento das mulheres da classe trabalhadora” (Ibidem). Davis também aponta que era comum que não se levasse em consideração a importância das lideranças negras a menos que essas estivessem falando exclusivamente de racismo.

Presume-se com grande frequência que a população branca é obrigada a reconhecer a liderança da população negra apenas quando a igualdade afro-americana está em jogo [...] e não das condições da sociedade e da humanidade como um todo. É fundamental que aqueles setores do movimento de mulheres que refletem amplamente as aspirações específicas das suas afiliadas brancas de classe média contestem essas suposições equivocadas. (DAVIS, 2017, p. 26)

Sem negar as conquistas do movimento feminista para as mulheres, desde o direito eleitoral ao anticoncepcional, é possível afirmar que as origens dos movimentos feministas hegemônicos não acolhiam as demandas específicas das mulheres negras, e também não reconhecia as lideranças negras insurgentes, o que criou a necessidade de organizações paralelas que contemplassem as reivindicações de mulheres das classes trabalhadoras.

### **3.1 Feminismo Negro**

Na América Latina, Lélia Gonzalez faz uma crítica parecida aos movimentos feministas brasileiros. Para a autora, o feminismo brasileiro tornou-se uma perna do mito da democracia racial à medida que importou a abordagem das feministas europeias, deixando questões raciais de lado (GONZALEZ apud CARNEIRO, 2011, p. 4). Vale ressaltar que no Brasil, o movimento feminista ganhou força apenas na década de 80, ainda em meio a Ditadura Militar. Assim como no exterior, o início do movimento foi encabeçado por mulheres brancas da burguesia.

a inclinação eurocentrista do feminismo brasileiro constitui um eixo articulador a mais da democracia racial e do ideal de branqueamento, ao omitir o caráter central da questão da raça nas hierarquias de gênero e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem mediá-los na base da interação entre brancos e não brancos. (GONZALEZ apud CARNEIRO, 2011, p. 4)

Conforme aponta Angela Davis, para além das divergências entre as pautas de mulheres brancas e negras, havia também o fato de que mulheres brancas tinham dificuldade em entender como a conquista de direitos para mulheres não-brancas das classes trabalhadoras poderia beneficiá-las.

Sem dúvida, as mulheres brancas *deveriam* se sentir compelidas a prestar solidariedade às nossas lutas, mas se elas não entendem como suas causas se beneficiam substancialmente das vitórias das mulheres de minorias étnicas, elas podem cair de modo inadvertido nas armadilhas ideológicas do racismo, mesmo que tentem honestamente contestar as instituições racistas. (DAVIS, 2016, p. 60, grifo da autora)

A passagem da autora transparece a falta de interseccionalidade no movimento, o racismo e o individualismo que tornou necessário que criou a necessidade de mulheres negras articularem-se entre si. Segundo Sueli Carneiro, o principal eixo feminismo negro é o enfrentamento de todas as formas de opressão e o entendimento do racismo como um dos alicerces da sociedade patriarcal. Por este motivo, as questões de gênero não podem ser separadas das questões de raça e classe (ALCOFF; POTTER apud CARNEIRO, 2011, p. 2).

[...] A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. (CARNEIRO, 2011, p. 2)

Carneiro põe Gonzalez e Collins em diálogo apontando os principais eixos do que seria o pensamento feminista negro segundo a americana: “...a natureza interconectada de raça, gênero e classe e o combate aos estereótipos” (COLLINS apud CARNEIRO, p. 5). Um dos grandes nomes responsáveis por cunhar o conceito de interseccionalidade, Patricia Hills Collins defende que o problema não é um feminismo generalista, mas “o pensamento de

ele é universal quando na verdade é particularista”<sup>12</sup>. Ora, se um determinado grupo de mulheres ainda luta para ser visto como tal, em vez de mercadorias ou anomalias, uma luta geral e abstrata pelos “direitos das mulheres” não tem como contemplá-las.

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. (CARNEIRO, 2011, p. 2)

### 3.2 Feminismo Mainstream

Se um movimento social não muda as estruturas da sociedade ele pode ser considerado um movimento revolucionário politicamente? Por definição, entende-se por revolucionário aquilo que provoca transformações sociais ou políticas e gera progresso. Quando analisamos a relação do feminismo com as mulheres negras é questionável se ele tem cumprido esse papel, uma vez que as mulheres negras não experimentaram da mesma mobilidade social que as mulheres brancas, além de nem sempre terem suas pautas específicas contempladas pelo movimento. No artigo *Globo e o feminismo mainstream*<sup>13</sup> a ativista Bruna Leão faz uma reflexão sobre a apropriação do discurso feminista pelo capitalismo e pela mídia e sobre como o feminismo individualista impede mudanças estruturais. Para Leão, o feminismo generalista, citado por Collins, vem sendo cooptado pelo capitalismo desde a segunda onda, o que faz com que as mudanças não ultrapassem o campo da cultura. Como exemplo, a autora cita a ideia de empoderamento, que seria vendida como “chave para emancipação feminina” numa perspectiva individualista e meritocrática (LEÃO, 2017). Assim, desconsidera-se a estrutura patriarcal que gera a discriminação de gênero e, no caso

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/noticias/patricia-hill-collins-feminismo-negro-idependente/>> Acesso em 30 Nov 2020.

<sup>13</sup> Disponível em <<https://we.riseup.net/radfem/globo-e-feminismo-mainstream>> Acesso em: 12 Dez 2020.

das mulheres negras, o racismo estrutural que as mantém duas vezes atrás em relação a mulheres e homens brancos.

Como resultado desse fenômeno de cooptação, temos visto na mídia muitos movimentos de mulheres — geralmente brancas — lutando pelo mesmo espaço e privilégios que homens também brancos. À medida que esses espaços vão sendo concedidos, considera-se que as mulheres, de forma abstrata e homogênea, estão avançando e saindo vitoriosas, desconsiderando a cor e a classe desse grupo. Segundo Angela Davis,

este estado de abstração acaba se revelando um conjunto bastante específico de condições: mulheres brancas de classe média sendo vítimas de e reagindo a atitudes e condutas sexistas de homens brancos de classe média e clamando por igualdade em relação a esses homens em particular. Tal abordagem mantém incontestados o atual sistema socioeconômico e seu vínculo fundamental com o racismo e o preconceito de classe. Para as mulheres brancas — especialmente aquelas ligadas às classes capitalista e média — é possível alcançar seus objetivos particulares sem assegurar nenhum progresso evidente para suas irmãs racialmente oprimidas. (DAVIS, 2017, p. 26-27)

Por isso, não é incomum que se celebre o “avanço” ou a “chegada” das mulheres em ambientes antes majoritariamente masculinos e todas essas mulheres — ou a maioria — tenham a mesma cor e traços físicos. Quando se comemora mulheres diretoras de cinema sendo indicadas ao Oscar de Melhor Direção, por exemplo, estamos falando de mulheres brancas, porque nenhuma mulher negra jamais foi indicada na categoria. No Brasil, segundo pesquisa do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gema), somente 4% do elenco dos filmes nacionais lançados nos últimos 24 anos contavam com mulheres negras. No mesmo período, nenhum longa-metragem foi dirigido ou roteirizado por uma mulher negra. O mesmo vale para o jornalismo onde, até 2019, a porcentagem de apresentadores negros na Rede Globo era de 12,5%, segundo dados do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH) publicados no jornal Estado de Minas. Já nas redações dos principais jornais do país, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Estadão*, segundo dados do Gema o total de negros colunistas nas três publicações não atinge a marca de 15%, e as mulheres negras são 4% das colunistas do *O Globo* e 1% das colunistas do *Estadão*. Até a data de publicação da



pesquisa, a *Folha de S. Paulo* não contava com nenhuma colunista negra, mas atualmente seis mulheres negras (Djamila Ribeiro, Ana Cristina Rosa, Denise Mota, Cida Bento e Flávia Lima) integram o quadro de colunistas que escrevem semanalmente para o jornal.

Além de menos espaço, as mulheres negras também são as menos contempladas pela mobilidade de renda. Segundo a pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), realizada em 2017, as jornalistas negras recebem os piores salários, ficando atrás dos homens brancos, das mulheres brancas e dos homens negros.

#### 4. A MULHER NO JORNALISMO ESPORTIVO BRASILEIRO

Segundo Paulo Vinícius Coelho, no livro *Jornalismo Esportivo*, foi na *Fanfulla*, um jornal paulista, que surgiram as primeiras páginas dedicadas à divulgação de esportes no Brasil (COELHO, 2011, p. 8). Diferentemente de publicações como *O Atleta*, de 1856 — apontado por pesquisadores como a primeira publicação destinada aos esportes no país — e o *Sport*, de 1886, a *Fanfulla* não era um periódico voltado para as elites do país e atingia os imigrantes italianos, parte significativa da população paulista. Além disso, trazia informações aprofundadas sobre futebol, esporte que, na época, ainda não era tão popular por aqui, enquanto seus antecessores abordavam conceitos sobre atividades físicas (DANTAS, 2016). E foi com a influência desse jornal que surgiu o primeiro clube de futebol brasileiro, o Palestra Itália, que se tornaria o Palmeiras décadas mais tarde.

*A Fanfulla é até hoje a grande fonte de consulta dos arquivos do Palmeiras sobre as primeiras décadas do futebol brasileiro. O jornal trazia relatos de página inteira num tempo em que este esporte ainda não cativava multidões. E informava as fichas de todos os jogos do clube dos italianos. [...] Não existia o que se pode chamar hoje de jornalismo esportivo. Mas não fossem aqueles relatos, ninguém jamais saberia, por exemplo, quando e qual foi o primeiro jogo do velho Palestra. (COELHO, 2011, p. 8)*

Só em 1931 surgiria o *Jornal dos Sports*, o Rio de Janeiro, “a rigor, o primeiro diário exclusivamente dedicado aos esportes no país” (COELHO, 2011, p. 9), sendo seguido por *A*

*Gazeta*, em 1947, e a *Revista do Esporte*, na década de 1950, entre outros. A partir da década de 60, com a popularização do futebol, os cadernos esportivos tomariam conta dos jornais brasileiros.

Da mesma forma que o jornalismo esportivo demorou a integrar os jornais brasileiros, a inserção das mulheres na editoria foi bastante tardia. Segundo Coelho, até a década de 70, a participação de mulheres no jornalismo esportivo era quase nula. Pesquisas sobre a inserção feminina no jornalismo, apontam que as mulheres começaram na profissão em editorias consideradas de interesse feminino, como cultura, literatura, moda e culinária. Seções como economia, política e esportes eram campos predominantemente masculinos (BRAVO, 2009; DANTAS, 2016). A discriminação de gênero era institucionalizada e durante séculos a maioria das mulheres não foi alfabetizada. Em 1827, a “Lei Geral” que marcou a criação das primeiras escolas do país, determinava que meninos e meninas estudassem em escolas separadas e elas não tinham disciplinas consideradas racionais (CHRISTIE; BISPO, 2019)<sup>14</sup>. Até a década de 30 as mulheres não podiam cursar o ensino superior (sem aprovação do pai ou marido), o que as afastava de profissões que exigiam diploma e tinham maior grau de prestígio. Com as mudanças na legislação durante a Era Vargas, o cenário mudou, mas apenas parcialmente, já que apenas as mulheres pertencentes às classes média e alta tinham acesso às universidades e empregos remunerados (ROCHA apud BRAVO, 2009, p. 17). O ponto de partida da mulher negra é especialmente diferente porque em 1827, enquanto mulheres brancas adentravam as primeiras escolas brasileiras para aprender “atividades do lar”, a escravidão no país ainda estava a 61 anos de ter fim.

#### **4.1 As pioneiras**

De acordo com Ramos, a primeira jornalista esportiva brasileira de quem se tem registro é Maria Helena Rangel, que começou a carreira na *Gazeta Esportiva* em 1947, a convite da própria publicação (RAMOS apud DANTAS, 2016, p. 37). Já a carioca Mary Zilda Grassia Sereno é apontada como uma das primeiras fotojornalistas mulheres da cidade de São Paulo e ficou marcada na história por ter fotografado uma freira italiana comemorando a

---

<sup>14</sup> Disponível em

<<https://jornaldebrasil.com.br/cidades/dia-nacional-da-alfabetizacao-entenda-o-processo-de-escolarizacao-de-mulheres/>> Acesso em 23 Jan 21.

vitória da Seleção da Itália, na Copa do Mundo de 1934. A foto foi publicada no *O Globo*, primeiro jornal em que tentou trabalhar, mas o periódico não a contratou por ser uma mulher (Ibidem). Posteriormente, Sereno viria a trabalhar na *Gazeta Esportiva* e outras publicações como *A Hora*, *O Tempo* e *O Dia*. Conforme destacado no início do capítulo, nas primeiras décadas do jornalismo esportivo, a presença de mulheres nessas redações era quase inexistente. Só anos mais tarde, a partir da década de 70, é que o quadro começou a mudar, não só nas redações dos impressos, mas também nos demais meios de comunicação que surgiram nesse ínterim, como o rádio e a televisão — veículo que será abordado separadamente adiante. Entre as pioneiras da profissão a falar de esporte nas ondas de rádio, estão as repórteres e apresentadoras da *Rádio Mulher*: Jurema Iara, Leilah Silveira, Claudete Troiano — que narrava partidas de futebol — e Germana Garilli, reconhecida pela Federação Paulista de Futebol como a primeira repórter feminina profissional a cobrir futebol no campo (DANTAS, 2016, p. 38). Martha Esteves, Regiani Ritter e Marilene Dabus são outros nomes importantes que surgem quando se trata de pioneirismo feminino no jornalismo esportivo. Ritter é considerada a primeira mulher que se consolidou na profissão e ficou famosa por entrevistar jogadores nos vestiários. Em algumas pesquisas, Esteves é apontada como a primeira mulher a cobrir vestiários no Rio de Janeiro. Já Marilene Dabus foi a primeira a cobrir futebol no Brasil, quando participou de um programa da TV Tupi sobre o Flamengo, em 1969, logo depois se tornando setorista do clube no jornal *Última Hora*

15

#### 4.2 A primeira mulher negra no jornalismo esportivo

Encontrar informações sobre a participação de mulheres negras na profissão não é tarefa fácil. Tanto em fontes oficiais, tanto em trabalhos feitos por pesquisadores do tema, há pouca ou nenhuma menção às questões raciais extra-campo e à inserção de jornalista negros na cobertura de esportes. Por este motivo, manteremos o uso do termo “pioneira”. A mulher negra pioneira no jornalismo esportivo de que se pode encontrar registros para este trabalho é

---

<sup>15</sup> Disponível em

<<https://oglobo.globo.com/esportes/morre-marilene-dabus-80-anos-pioneira-do-jornalismo-esportivo-24196530>>  
Acesso em 11 Jan 2021.

a gaúcha Vera Daisy Barcellos. Segundo reportagem publicada no blog Beta Redação<sup>16</sup> e no site Observatório Racial do Futebol, Barcellos foi uma das pioneiras na cobertura de esportes olímpicos e amadores no Rio Grande Sul. Sua carreira no jornalismo começou no jornal *Zero Hora*, em 1978, a convite do editor de esportes da publicação. Por lá, a jornalista foi, de fato, a primeira: antes dela, não havia outra mulher negra na cobertura de esportes do jornal. Antes de chegar ao jornalismo, sua trajetória de vida não foi muito diferente da de outras mulheres negras da sua época. Adotada por uma família de brancos, o General Floriano Oliveira Faria e sua esposa Ceci Canello, Barcellos era responsável pelos serviços domésticos, mas foi alfabetizada aos 8 anos. A partir daí se tornou uma leitora voraz de livros e revistas, o que motivou a decisão de cursar jornalismo (MARTINS, 2020). Barcellos — que atualmente preside o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (SINDJORS) — passou por preconceitos e situações que eram comuns para as jornalistas mulheres da época, como ser impedida de acessar os vestiários para entrevistar atletas e ter que derrubar a proibição na base da insistência, segundo relata a reportagem. Hoje, com 50 anos de carreira, a jornalista não vê muitos avanços em relação a quando começou sua trajetória. Para Barcellos, há uma visão distorcida de evolução e um longo caminho a ser percorrido.

apesar de todo o movimento dessa juventude, eu ainda vejo nós enquanto jornalistas negros e negras somos muito poucos nas redações. E cada vez a gente vê menos negros e negras dentro das redações. [...] Na cobertura de esportes eu também percebo que nós mulheres negras somos muito poucas. Então há uma longa caminhada ainda, o caminho ainda não está desbravado no meio da comunicação. Nós ainda não nos enxergamos como deveríamos estar nesses espaços. (BARCELOS, 2020)<sup>17</sup>

A observação da jornalista se reflete nos dados levantados pelo portal Superesportes<sup>18</sup>, em 2019, em matéria sobre o espaço do negro no jornalismo esportivo. Segundo apurado pelo site, em um universo de mais de 100 profissionais que atuavam nos três principais canais a cabo voltados para esportes (ESPN, SporTV e Fox Sports) até a data da pesquisa, apenas de

---

<sup>16</sup> Disponível em

<<https://medium.com/betaredacao/vera-daisy-barcellos-%C3%A9-pioneira-no-jornalismo-esportivo-ga%C3%B4Acho-2b89555b98ee>> Acesso em 15 Dez 2020.

<sup>17</sup> Fala de abertura no debate Mulheres Negras no Jornalismo, promovido pelo SINDJORS em 3 de Setembro de 2020. Disponível em <<https://cutt.ly/pjQWEBQ>> Acesso em 13 Jan 2021.

<sup>18</sup> Disponível em <<https://cutt.ly/ck9oO6r>> Acesso em 15 Fev 2021.

13 eram negros. Destes, somente cinco são jornalistas — um narrador, dois apresentadores e três repórteres —, enquanto os demais são ex-atletas que atuam como comentaristas, algo comum em programas esportivos. Quanto ao gênero, apenas duas são mulheres. Conforme discutiremos mais adiante, mulheres negras são o grupo social mais sub-representado nesses espaços e até hoje lidam com a síndrome da “negra única” e da “primeira negra”. Os poucos espaços concedidos passam uma falsa sensação de avanço — uma das armadilhas do racismo institucional —, enquanto efetivamente, as oportunidades para jornalistas negras seguem reduzidas.

### **4.3 A chegada na TV**

O jornalismo esportivo chega às telinhas em 1953, três anos depois da chegada da televisão no Brasil, com o programa Mesa Redonda, da TV Record. O formato de debate entre jornalistas e comentaristas se popularizou e até hoje é replicado em programas esportivos. Segundo Mattos (MATTOS apud RIGHI, 2006, p. 17), durante a década de 50 a emissora foi o principal canal de cobertura esportiva do país, sendo responsável pela primeira transmissão externa de um jogo de futebol e também por um jogo da Seleção Brasileira contra a Inglaterra em 1955. Só em 1965 surgiria a Rede Globo de Televisão, que criou novos conceitos e formas de fazer TV, lançando o chamado Padrão Globo de Qualidade (CASHMORE apud RIGHI, 2006, p. 18). Assim como aconteceu no impresso, o futebol também foi fundamental para a popularização do telejornalismo esportivo. Desde as primeiras transmissões esportivas na televisão, os esportes mostraram sua capacidade de gerar audiência e, conseqüentemente, atrair investimentos publicitários. Dessa forma, ganhou mais espaço nas emissoras, que além de transmitir jogos, passaram a investir em novas formas de fazer jornalismo esportivo na TV (RIGHI, 2006). De acordo com Righi, a partir da década de 70 mais canais começaram a incluir programas esportivos nas suas programações e investir em inovações narrativas. Na década de 90, surgem os canais pagos exclusivos para esporte, entre eles o SporTV, a ESPN Brasil e o Fox Sports.

Outra similaridade do telejornalismo esportivo com o impresso era a grande disparidade entre homens e mulheres atuando na profissão. Até a década de 80, elas não apareciam na frente das câmeras para falar de esporte. Regiani Ritter foi uma das pioneiras nessa área, tendo sido a primeira mulher a comandar uma mesa redonda, na TV Manchete, em

meados dos anos 80. Em 1990, foi a primeira mulher a cobrir uma Copa do Mundo, no mundial da Itália, atuando como repórter de campo. Foi na Manchete e durante a Copa da Itália, também, que aconteceu a primeira mesa redonda 100% feminina da história da televisão. Segundo o jornalista Thell Castro (2018), a intenção, no entanto, era embarcar no sucesso da novela Pantanal e explorar a beleza das mulheres convidadas para aumentar a audiência. Em vez de tática, discutia-se temas como sexo na concentração, o charme dos jogadores e “outros assuntos do interesse de mulher”.<sup>19</sup>

Isabela Scalabrini também é considerada uma das primeiras mulheres a cobrir esportes na TV no Brasil e sua integração à equipe do Globo Esporte aconteceu em 1983, ano em que cobriu os jogos Pan-Americanos de Caracas.<sup>20</sup> Em 1989, fez sua estreia como apresentadora do Globo Esporte, o que abriu portas para participação feminina na editoria de esportes na televisão, segundo Bravo (BRAVO, 2009, p. 27). Na década de 90, surgem outros nomes que viriam a se consolidar e se tornar referência da atuação feminina na profissão, como Glenda Kozlowski e Mylena Ciribelli. Mariana Becker é mais um nome que derrubou barreiras na profissão ao começar a cobrir Fórmula 1 em 2007. Assim como o futebol, o automobilismo era uma área estritamente masculina durante décadas e jornalistas mulheres eram direcionadas para a cobertura de esportes olímpicos e amadores (RIGHI, 2006; BRAVO, 2009). Segundo Coelho, era mais fácil para uma mulher demonstrar conhecimento sobre vôlei ou tênis do que sobre futebol e automobilismo (COELHO, 2011, p. 35).

Já nos anos 2000, surge Renata Fan como assistente do apresentador Milton Neves no programa Jogo Aberto, na Rede Bandeirantes. Anos mais tarde, ela assumiria o cargo de apresentadora, posição que mantém até hoje, e se tornaria a primeira mulher a comandar uma mesa redonda sobre futebol fazendo análises táticas das partidas<sup>21</sup>. De volta a Rede Globo, o Globo Esporte e o Esporte Espetacular são dois programas esportivos fixos da emissora desde os anos 90 por onde passaram nomes como Glenda Kozlowski, que atuou como apresentadora durante 22 anos,<sup>22</sup> Dani Monteiro e Fernanda Gentil. Hoje, Bárbara Coelho apresenta o Esporte Espetacular ao lado do apresentador Lucas Gutierrez, enquanto Carol Barcellos e Karine Alves se revezam nas edições de sábado do Globo Esporte.

---

<sup>19</sup> Disponível em

<<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/memoria-curta-mesa-redonda-100-feminina-do-fox-sports-nao-e-primeira-da-tva-21011>> Acesso em 23 Jan 2021.

<sup>20</sup> Fonte: <<https://memoriaglobo.globo.com/perfil/isabela-scalabrini/perfil-completo/>> Acesso em: 23 Jan 2021.

<sup>21</sup> Disponível em <<https://tinyurl.com/1scdt1ap>> Acesso em 3 Fev 2021.

<sup>22</sup> Disponível em <<https://memoriaglobo.globo.com/perfil/glenda-kozlowski/>> Acesso em 3 Fev 2021.

Na Globo e no SporTV, atualmente também destaca-se Ana Thaís Matos, que faz parte do elenco fixo do programa de mesa-redonda Seleção SporTV, e foi a primeira mulher a comentar um jogo de futebol na TV Globo. O feito aconteceu em 2018, durante a Copa do Mundo Feminina, na partida entre Brasil e Jamaica.

Já na ESPN Brasil/Fox Sports, fizeram história Juliana Veiga, âncora do programa SportsCenter por sete anos, e Ivana Negrão, comentarista da mesa-redonda BB Debate. Hoje, também se destacam Marcela Rafael e Gláucia Santiago que, em dezembro de 2019, foram a primeira dupla de mulheres a apresentar o programa desde a sua estreia em 1995. Até então, o SportsCenter contava com um homem e uma mulher na bancada, ou dois homens. Também fazendo história, Mariana Spinelli, aos 23 anos, foi anunciada como nova apresentadora do programa em fevereiro deste ano; ela irá dividir a bancada com Bruno Vicari. Em 2018, Luciana Mariano, uma das pioneiras na cobertura de esportes no Brasil, foi convidada para narrar um jogo da Liga Europa em 8 de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Meses mais tarde, ela narrou a final da Champions League feminina.

A jornalista e apresentadora Vanessa Riche foi a responsável pelo concurso Narra Quem Sabe, do qual falaremos mais à frente, promovido pela Fox Sports antes da fusão entre os canais. Daniela Boaventura, Livia Nepomuceno e Helena Calil também são jornalistas que se destacaram no canal como apresentadoras.

Em comum, quase todas as mulheres citadas até aqui têm uma característica: a cor da pele. Com exceção de Karine Alves, todas as jornalistas mencionadas neste capítulo são mulheres brancas. Desde a estreia de Regiani Ritter, uma das responsáveis por abrir portas para o sexo feminino na profissão, foram poucas as jornalistas negras que atuaram no telejornalismo esportivo.

#### **4.4 Rostos invisíveis**

As pesquisas para a realização desse trabalho levaram a apenas oito nomes de jornalistas esportivas negras que atuaram como repórteres, apresentadoras ou comentaristas nas emissoras selecionadas: Rita Andrade, Lica Oliveira, Karine Alves, Débora Gares, Roberta Garcia, Denise Thomaz Bastos, Raphaele Seraphim e Cynthia Martins. A partir da observação da programação dos canais fica ainda mais explícito que os avanços em direção a equidade de gêneros na profissão não está contemplando todas as mulheres.

As pesquisas também apontaram que os canais do Grupo Globo foram os que mais contaram com jornalistas negras no seu quadro de funcionários, enquanto Fox Sports/ESPN, antes e depois da fusão, são os canais mais brancos.

Roberta Garcia chegou ao Grupo Globo em 2008, onde permaneceu até 2015 como repórter de esportes radicais no canal à cabo SporTV. Já Rita Andrade, em 1999, e Lica Oliveira, entre 2005 e 2006, foram umas das pioneiras quando apresentaram o Globo Esporte e o Esporte Espetacular, da Globo. O programa só teria outra apresentadora negra 15 anos depois: após cerca de oito anos como repórter e apresentadora da Fox Sports, Karine Alves deixou a emissora pelo Grupo Globo para assumir o programa Troca de Passes, do SporTV, e as edições de sábado do Globo Esporte. Sua participação no comando do Esporte Espetacular aconteceu em fevereiro deste ano, quando cobriu a folga de Carol Barcellos. Antes da mudança de emissora, Karine era a única apresentadora negra nos canais de esportes pagos. Hoje, ela faz dobradinha e também é a única à frente de programas de esportes da tv aberta.

Outro nome representativo para mulheres negras no meio esportivo é Débora Gares, que foi repórter do canal ESPN Brasil entre 2015 e 2019, e hoje também integra a equipe do SporTV. Recentemente, em um marco na história do canal, Rafaelle Seraphim tornou-se a primeira comentarista negra em uma mesa redonda de um canal esportivo, quase quatro décadas após a primeira mulher branca a conseguir este feito. Sua estreia foi no Redação SporTV no dia 20 de novembro de 2019, data em que se comemora o Dia da Consciência Negra no Brasil.

Eu não tenho precisão se isso já aconteceu em algum momento na história. Já tentei buscar e não encontrei. Mas em TV, em rede nacional, não me lembro de nenhuma mulher negra como comentarista. Como repórter, apresentadora, tem. Mas dando opinião na bancada, não.<sup>23</sup>

No mesmo ano, Denise Thomaz Bastos, até então produtora de esportes da Globo São Paulo, passou a ser repórter esportiva. Camila Silva trabalhou na emissora por oito anos, dos quais dois foram dedicados ao esporte. Seu afastamento e posterior demissão aconteceu às

---

<sup>23</sup> Disponível em

<<https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2019/12/04/quero-que-meninas-pretas-olhem-pra-mim-e-veja-am-que-podem-ser-as-proximas/>> Acesso em 04 Feb 2021.



vésperas da Copa do Mundo Rússia 2018 e culminou no seu afastamento da televisão. Trataremos desse caso no capítulo 5.

Cynthia Martins é mais uma mulher negra que passou pelo SporTV por um período de quatro anos e, hoje, integra a equipe de jornalistas da Rede Bandeirantes, mas não mais como repórter esportiva. Como este trabalho tem como recorte o jornalismo esportivo e os principais programas e canais de esportes que vão ao ar no Rio de Janeiro, foram desconsideradas jornalistas e repórteres que eventualmente atuam da cobertura de eventos esportivos, mas não são exclusivos dessa função. Um exemplo é Glória Maria, que participou da primeira transmissão em cores da televisão brasileira na Copa do Mundo de 1970 e cobriu diversos outros mundiais ao longo de sua carreira como jornalista da Rede Globo.

## **5. RACISMO NO JORNALISMO ESPORTIVO TELEVISIVO: MULHERES NEGRAS E OS DUPLOS OBSTÁCULOS DA PROFISSÃO**

Diante do exposto no capítulo anterior, vemos que a participação da mulher negra nos canais esportivos é consideravelmente mais baixa que a das mulheres brancas. Hoje, apenas quatro mulheres negras fazem parte do quadro de jornalistas esportivos dos quatro canais que analisamos: Karine Alves, Débora Gares, Rafaelle Seraphim e Denise Thomaz Bastos. Somando-se o número de jornalistas negras que atuaram no telejornalismo esportivo desde 1953, não chegamos a um terço do total de profissionais brancas.

A combinação de racismo, machismo e violências históricas faz com que a imagem da mulher negra não seja a esperada na televisão, quanto mais em programas esportivos, que são voltados para o público masculino e têm histórico de explorar ideias de beleza feminina para alavancar a audiência. Publicado em 2011, o Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia aponta que o mercado de trabalho na mídia apresenta distorções de gênero que atingem de forma particular as mulheres negras e indígenas.

Do ponto de vista étnico e racial, há pouca presença de jornalistas negras e indígenas nas redações e nos respectivos postos de comando. Essa rara presença das trabalhadoras negras e indígenas indica uma estrutura ocupacional pouco plural, fortalece a invisibilização dos problemas que

afetam as mulheres negras e indígenas e favorece a visão deslocada e estereotipada da realidade desses grupos. (BASTHI, 2011, p. 20)

Para Débora Gares, repórter dos canais Globo e SporTV, a questão estética é um empecilho extra no caminho das jornalistas negras que trabalham na televisão.

o mais difícil de ser uma mulher negra nesse ambiente é que 1) investe-se mais tempo e dinheiro para se encaixar minimamente num padrão estético que não nos reflete, tudo atrás de conseguir as mesmas vantagens e oportunidades; 2) não se extrai das pessoas ao redor - principalmente dos homens - a mesma boa vontade e indulgência destinada a mulheres que se encaixam no padrão de beleza nacional; 3) quando alguém resolve abrir espaço para o "diferente", abre apenas uma pequena janela, e é por aí que todas as mulheres pretas precisamos passar, numa disputa bastante cruel, porque pode nos enfraquecer. (GARES, 2020)<sup>24</sup>

As questões estéticas também esbarram no conceito de credibilidade. Conforme discutido nos capítulos iniciais, no telejornalismo essa ideia está atrelada à imagem do homem branco devido aos padrões eurocêntricos adotados pela mídia. Assim, tudo que foge a essa norma é visto com desconfiança e estranhamento. Em editorias predominadas pelo sexo masculino, a descredibilização de mulheres negras é ainda maior.

E assim como falo de estética, também falo do conceito de credibilidade — que é o bem mais valioso do jornalista. No Brasil, ele está historicamente associado à figura do homem branco — de perfil preferencialmente europeu e aristocrático, de terno, gravata, cabelo cortado, barba feita, ainda que isso tenha mudado de uns tempos pra cá. Credibilidade não é algo associado a uma mulher preta. Que dirá a uma mulher preta que goste de expor suas raízes africanas, que queira evidenciar a textura de seus cabelos, por exemplo. As chances têm surgido? Felizmente têm. Mas são infinitamente menores do que para mulheres brancas. (IDEM)<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Entrevista concedida ao autor por e-mail em 8 Set 2020.

<sup>25</sup> Idem.

Como aponta Ferreira no artigo *O Negro na Dramaturgia: um caso exemplar da decadência do Mito da Democracia Racial brasileira*, a programação televisiva se baseia em rituais de repetição, padronização e uniformidade que visam fidelizar a audiência (FERREIRA apud ACEVEDO; TRINDADE, 2011, p. 95). Expostas aos mesmos signos diariamente, os espectadores assimilam os valores propagados pelas emissoras.

[...] a estética predominante dos telejornais composta por apresentadores e jornalistas brancos, aliados ao modelo de repetição adotado pelas emissoras e grandes índices de audiência, contribuem para a geração de uma percepção de enorme invisibilidade social de profissionais de outras origens étnicas, sobretudo afro-descendentes. [...] este panorama coaduna-se com os pressupostos da Teoria da Cultivação de George Gerbener, a qual estabelece que repetidas exposições de determinadas representações e modelos estéticos nos meios de comunicação de massa podem resultar em sua aceitação pela sociedade como sendo a expressão fiel da realidade. (ACEVEDO; TRINDADE, 2011, p. 95)

O ato de favorecer uma determinada representação impondo-a como modelo em detrimento de outras é o que Rocha define como etnocentrismo (ROCHA apud PORTAL, 2016, p. 6). Para o artigo *A Cor da Midia Televisiva*, Raquel Portal utilizou formulários de perguntas para saber a opinião de jornalistas e telespectadores de uma determinada região sobre a ausência de jornalistas negras à frente dos telejornais locais. Entre as perguntas, questionava-se a existência de um padrão de beleza para as jornalistas e se ele excluía mulheres negras. Os resultados foram reveladores e mostraram a diferença de percepção entre os dois grupos. Entre os jornalistas, a percepção e reconhecimento do racismo no próprio ambiente de trabalho é menor. Já os telespectadores não só identificaram a preferência por jornalistas brancas, como também disseram não conhecer jornalistas negras.

Para jornalistas, pareceu difícil reconhecer a exigência de padrão estético europeu na programação nacional e local. Muitos apontaram como pré-requisitos fundamentais, presença de vídeo e capacidade profissional e não um padrão que exclua as jornalistas negras. Diferentemente dos telespectadores que facilmente apontaram a preferência por mulheres

brancas e de cabelos lisos. [...] Quando consultados sobre a quantidade de mulheres negras frente às câmeras, o público foi enfático em desconhecer essas profissionais. Já para os jornalistas, pelo menos 20% estão nos bastidores. Mesmo representando a minoria, é mais fácil encontrar, segundo eles, mulheres e homens negros como produtores, fotógrafos ou cinegrafistas do que como apresentadores e repórteres televisivos. [...] Indagados se o padrão de beleza nos telejornais contribui para o preconceito de gênero, raça e/ou etnia, a afirmativa foi acentuada. Dos profissionais, 50% disseram que sim, a padronização estética aumenta a discriminação de jornalistas afrodescendentes. Os telespectadores foram mais ousados, 84% disseram aumentar consideravelmente o preconceito. (PORTAL, 2016, p. 12-13)

Em 2019, Juliana Veiga, jornalista e ex-apresentadora da ESPN Brasil, afirmou em entrevista ao podcast Dibradoras que selecionar profissionais “bonitas para o vídeo” é uma prática comum na televisão. Na opinião da jornalista, este método de seleção pode levar à perda de talentos<sup>26</sup>. Para Carneiro (2011), o padrão estético midiático põe as mulheres negras no lugar de “antimusas da televisão brasileira”. A autora recorda uma prática antiga e comum nos anúncios de vagas para trabalho em que há contato com o público: a exigência de “boa aparência” que, no Brasil, é um eufemismo para “brancas”. Como a autoestima é construída socialmente (SILVA, 2017), a invisibilização da mulher negra e da sua intelectualidade faz com que essa população não se sinta capaz de acessar novos espaços e quebrar barreiras geracionais. Dessa forma, o afastamento dessas profissionais não se dá apenas através da discriminação direta e explícita, mas também pela falta de incentivos para a sua inserção no mercado (BASTHI, 2011). É o que relata Rafaelle Seraphim, editora de mídias audiovisuais da Globo e apresentadora do podcast Ubuntu Esporte Clube, que também destaca como a excepcionalidade, para os profissionais negros, é uma obrigação.

O fato de ser negra me privou a vida inteira de ver a possibilidade de estar na tela da tv como eu sou. Porque praticamente não existem pessoas com as quais eu me identificava e, quando tinha, era com cabelo alisado, por exemplo. Como se a gente não pudesse simplesmente ser a gente para ocupar certos lugares. A gente não pode ser medíocre para ser notado. Precisamos

---

<sup>26</sup> Disponível em <<https://www.central3.com.br/dibradoras-139-as-mil-faces-de-juliana-veiga/>> Acesso em 22 Fev 2021.

ser Lewis Hamilton, Glória Maria, Marta, Serena Williams... Exige-se um nível de excelência muito grande. (SERAPHIM, 2020)<sup>27</sup>

Para ilustrar as dinâmicas raciais envolvendo mulheres no jornalismo esportivo, selecionamos dois casos que consideramos relevantes para este trabalho. O primeiro é a substituição da repórter Camila Silva, uma mulher negra, por Mari Palma, uma mulher branca, na divisão de esportes da Rede Globo às vésperas da Copa do Mundo de 2018. Camila Silva tinha oito anos de Globo, dois deles no núcleo de esportes quando recebeu a notícia de que seria transferida para o *Hora 1*, jornal da madrugada, para cobrir crimes e tragédias. A transferência teria sido feita para acomodar Mari Palma, até o então apresentadora do *GI em um Minuto*, na equipe de esportes que fazia a cobertura do mundial por ordens da chefia, conforme apurou o portal Observatório da TV<sup>28</sup>. Segundo a reportagem, a substituição teria gerado um mal estar no departamento de esportes porque o trabalho de Camila Silva era aprovado pelos colegas. Seis meses depois, a repórter foi desligada da emissora e disse em entrevista ao UOL que a justificativa para a sua demissão foi que “o esporte não estava na sua veia”.

Fui dispensada na quarta-feira, dia 7, com a explicação de que me esforcei mas que o esporte não está na minha veia e que toda vez que falo disso parece que tenho um 'gap'. Essas foram as palavras. Cada um enxerga as coisas de um jeito. Pode parecer arrogância, mas prefiro os comentários de quem gosta do meu trabalho e que sempre diz que assistia ao programa por causa das minhas reportagens. (SILVA, 2018)<sup>29</sup>

Antes de ser transferida para a madrugada, Camila Silva era a única repórter negra na divisão de esportes da Globo. Além de se abrir sobre os detalhes da sua demissão, a jornalista também revelou ao portal comentários racistas que ouviu de colegas durante os oito anos de Globo. Um deles insinuou que a repórter seria escura demais para trabalhar à noite. Outro sugeriu que ela alisasse os cabelos.

---

<sup>27</sup> Entrevista concedida ao autor por e-mail em 27 Set 2020.

<sup>28</sup> Disponível em <<https://cutt.ly/rlQYEay>> Acesso em 22 Fev 2021.

<sup>29</sup> Disponível em <<https://cutt.ly/BIQYdav>> Acesso em 22 Fev 2021.

Quando fui trabalhar na madrugada, um cinegrafista muito amigo meu perguntou: 'Vão te colocar na madrugada? Essa gente está maluca? De noite, como vão fazer para trabalhar a luz com você?'. A preocupação dele era que eu era negra e que eu não ia aparecer. Obviamente deu tudo certo, mas quando ele falou pensei: 'O que as pessoas acham que eu sou? Eu sou só negra', mas estamos interiorizados com a história de as pessoas que trabalham no vídeo serem brancas. [...] No Rio, um cinegrafista falou para mim: 'Você é muito bonita, eu já te vi no vídeo, você trabalha muito bem, tem feito coisas muito boas. Você só deveria fazer uma chapinha nesse cabelo, né?'. A gente fica até sem palavras. As pessoas são ruins? Não acho isso. Mas elas têm isso interiorizado e nem se dão conta. (SILVA, 2018)<sup>30</sup>

Após o remanejamento que provocou a demissão de Camila Silva, a repórter Mari Palma não vingou no esporte e foi novamente transferida para o programa *Bem Estar* e depois para o *Mais Você*. Cerca de um ano depois, Mari Palma se demitiu da Globo e assinou com o canal à cabo CNN Brasil, onde está como apresentadora atualmente. Já Camila Silva é coordenadora do Programa de Diversidade do Nexo Jornal, em São Paulo.

O segundo caso é o do concurso Narra Quem Sabe, promovido pela Fox Sports Brasil em 2018 para selecionar três narradoras para os jogos da Copa do Mundo daquele ano. A competição proposta pela jornalista e apresentadora Vanessa Riche teve mais de 300 inscritas e nenhuma mulher negra chegou ao menos às semifinais<sup>31</sup>. Posteriormente ao concurso, foi ao ar na emissora o programa Comenta Quem Sabe — uma mesa redonda só de mulheres para debater diversos temas relacionados ao universo esportivo. A atração foi ao ar pela primeira vez em 2018 nas noites de sábado e era comandada por Vanessa Riche, que recebia três convidadas de diferentes áreas do esporte como jornalistas, médicas, psicóloga, etc. Em pouco mais de um ano e meio no ar, o programa não contou com mais que cinco convidadas negras, entre elas Rafalle Seraphim e a ex-jogadora de basquete Janeth.

Embora não tenhamos acesso a todos os critérios e processos de seleção e decisão que culminaram nesses dois acontecimentos, é notável o preterimento de mulheres negras pelas emissoras. No primeiro caso, uma jornalista negra com dois anos de experiência na cobertura de esportes foi substituída por uma colega branca que não tinha o mesmo currículo

---

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Disponível em <<https://fimdejogo.com.br/narra-quem-sabe/>> Acesso em 27 Fev 2021.

às vésperas de uma das competições esportivas mais importantes do mundo. Com isso, não queremos afirmar que Mari Palma não é uma boa jornalista nem que ela não merecia essa oportunidade, mas sim questionar por que justamente Camila Silva, a única repórter esportiva negra da emissora na época, foi a escolhida para a substituição.

Já o segundo caso nos leva de volta ao capítulo 3, quando tratamos do conceito feminismo mainstream e a importância de viés interseccional e revolucionário na luta feminista. Vemos que mesmo em iniciativas comandadas por outras mulheres com a proposta de tornar o debate esportivo mais diverso, jornalistas e outras profissionais negras seguem sem espaço. Essa perspectiva feminista focada apenas em gênero acaba por reproduzir, intencionalmente ou não, moldes antigos em que mulheres brancas continuam sendo o grupo de mulheres que mais goza de avanços e oportunidades, enquanto as mulheres negras (e indígenas) seguem na lanterna. Assim, a hegemonia masculina diminui, mas o domínio de brancos na mídia permanece. Novamente, o que aqui se questiona não é a competência das profissionais selecionadas pela Fox Sports, mas sim a validade de um discurso inclusivo que só contempla um grupo de mulheres. Essas dinâmicas não são limitadoras só das profissionais que estão fora do mercado e desejam entrar, mas também das que já atuam na área e veem um horizonte de oportunidades reduzidas na profissão em comparação a outras colegas.

Acho que se fosse branca teria ambições maiores. Poderia sonhar de forma mais consistente em ser correspondente internacional, setorista de automobilismo, âncora de telejornal, editora-chefe de jornal. Como quase não vi pessoas negras nesses postos, acho que nunca me atrevi a sonhar tanto. Mas, ao mesmo tempo, tive boas oportunidades por uma combinação de esforço, talento e tokenismo, um conceito que descobri recentemente ter esse nome. Trata-se, grosso modo, da contratação de minorias para servirem de "garotos-propaganda" da diversidade das empresas. São pessoas que não estão em postos de comando nem nada, mas que servem como um alibi contra acusações de preconceito. Isso nunca me foi dito, mas tenho essa sensação já há algum tempo. E isso é bastante devastador da autoestima, já que te joga num lugar de dúvida, de contínuo questionamento sobre o lugar que você ocupa e o mérito que há por traz daquela situação. (GARES, 2020)

32

---

<sup>32</sup> Entrevista concedida ao autor por e-mail em 8 Set 2020.

O tokenismo é uma prática de manutenção das desigualdades e uma manobra de fuga do debate racial muito utilizada no Brasil. Em meio a um mar branco, contrata-se uma pessoa negra, quando muito duas, para mostrar que existe diversidade naquele espaço. Como exemplos, temos o próprio jornalismo, a moda, as novelas e os reality shows, que começaram recentemente a se adaptar às novas demandas por representatividade por parte do público selecionando pessoas fora do padrão. O resultado do tokenismo é a já citada síndrome do negro único, quando é dada a uma única pessoa negra a missão de representar todo um povo como o negro que “chegou lá”, enquanto pessoas brancas são representadas em toda sua multiplicidade e complexidade.

Também não é raro que esses profissionais negros se tornem os porta-vozes dos debates raciais, sendo lembrados no Dia da Consciência Negra ou quando algum caso de racismo que ganha repercussão. Para citar dois casos recentes, foi o que aconteceu com o narrador Júlio Oliveira, chamado pela primeira vez para participar do Redação SporTV em outubro de 2019, quando novos casos de racismo no futebol europeu emergiram. A estreia de Rafaele Seraphim no programa, como destacamos acima, aconteceu em 20 de Novembro. Ter negros na mesa para debater questões raciais é de suma importância, mas tornar essa a única forma de incluí-los na programação é uma limitação das suas capacidades profissionais.

Esse movimento reflete, ainda, a falta de lideranças negras nesses ambientes, dado que pessoas brancas têm a si mesmas como referência e, como destacado acima, tendem a não enxergar o viés racista de suas escolhas editoriais. Assim, eximem-se também do reconhecimento e da tomada de atitude para resolução de questões raciais criadas, historicamente, pelos próprios brancos.

Segundo Santos, “num país racista, nós temos uma imprensa que, quando lhe convém, diz-se contra o racismo” (SANTOS, 2019, p. 19). No caso do jornalismo esportivo, não faltam manifestações contra o racismo quando acontece um caso dentro de campo. E ainda bem. Mas a partir dos casos aqui citados e dos relatos das entrevistas fica nítido que falta longo caminho a ser percorrido para que os os canais de esportes levem o discurso antirracista para dentro dos estúdios. Especialmente no que diz respeito às mulheres negras.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal base argumentativa deste trabalho é a de que mulheres negras não desfrutam das mesmas oportunidades concedidas às mulheres brancas. Em uma sociedade patriarcal estruturada pelo racismo, as mulheres negras são duplamente discriminadas e historicamente colocadas em um não-lugar. Racismo e machismo são duas opressões que atravessam esses corpos e aprisionam a mulher negra em uma posição de invisibilidade em diversos campos da sociedade. O mercado do telejornalismo esportivo é uma dessas áreas, e foi o campo de observação dessa pesquisa.

A primeira invisibilização é da sua própria humanidade e feminilidade. A partir do etnocentrismo difundido no século 19, mulheres negras foram reduzidas a uma mera antítese da mulher branca europeia, um ser não categorizado, “o Outro” (HALL, 2016, p. 203). Na sociedade pós-escravidão, ausente de políticas de reparação pelos séculos de trabalhos forçados, elas continuaram desempenhando trabalhos domésticos para mulheres brancas, ficando décadas atrasadas no acesso a educação e ao mercado de trabalho de formal.

A segunda invisibilização é da sua subjetividade. Com a construção e disseminação de estereótipos calcados no racismo, mulheres negras foram reduzidas a seus corpos e a visões limitantes do seu papel na sociedade. Surgem, então, os ideais de “mulata sedutora” e “mãe preta”, que se tornaram estereótipos reproduzidos e reciclados na mídia brasileira, principalmente nas novelas, que até o início da última década, em sua maioria, tinham personagens negras sem história própria ou relevância para a narrativa. No telejornalismo, a produção da notícia baseada em um modelo europeu, faz com que a credibilidade jornalística esteja ligada à imagem do homem branco. Essas dinâmicas contribuíram para que atributos como a intelectualidade não fossem relacionados à figura da mulher negra. Segundo Santos,

o racismo age a partir de uma lógica perversa de lugar, em que o negro pertence a um não-lugar e se vê reduzido não só a papéis subalternos, mas ao corpo. Um jornalista negro, nesse sentido, tem sua intelectualidade subestimada. Da abolição para cá, o racismo soube como se reinventar. Operando por meio de uma lógica de ora silenciamento ora evidenciamento da cor, pessoas negras foram sendo humanizadas ou destituídas de sua humanidade conforme as regras do jogo. (SANTOS, 2019, p. 57)

O viés supremacista branco também é identificado em movimentos de luta contra a sociedade patriarcal, como o feminismo. Segundo Angela Davis, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, no início do movimento, as lutas lideradas por mulheres brancas da burguesia não contemplavam demandas das mulheres das classes trabalhadoras. Negras, em sua maioria. A primeira contradição se dá justamente na reivindicação pela permissão para que mulheres pudessem trabalhar, uma vez que as mulheres negras já faziam parte da força de trabalho há séculos. Nesse sentido, as novas políticas implementadas pouco mudariam a vida delas.

Davis (2017) ainda evidencia a dificuldade das mulheres brancas em compreender como conquistas de direitos para minorias poderia ser benéfico para todas as mulheres, além da barreira para dar ouvidos às reflexões de mulheres negras que não fossem exclusivas sobre racismo. Essas contradições ainda são observadas até hoje e Bruna Leão cunha o conceito de Feminismo Mainstream para setores do movimento cooptados pela mídia, que tratam vitórias individuais ou de grupos muito específicos de mulheres como conquistas de todas as mulheres.

É com base nessas discussões que buscamos evidenciar como a baixa representatividade de mulheres negras no telejornalismo esportivo tem bases históricas que têm desdobramentos até os dias atuais. Tratando-se de um espaço dominado por homens brancos, o machismo e o racismo caminham juntos empurrando as mulheres negras para fora da mesa, uma vez que além de não serem homens, não atendem aos padrões de beleza priorizados na televisão e nos canais de esportes. Primeiro, entende-se que a mulher precisa ser bonita para aparecer na TV. Depois, é dito explicitamente ou nas entrelinhas que essa beleza só pode ser alcançada se ela se enquadra em um padrão estético branco. Vemos, então, como as instituições não só reproduzem o racismo, como também se utilizam dele para nortear as relações sociais e manter a estrutura que privilegia grupos hegemônicos, conforme apontado por Almeida (2019).

Para provar a nossa tese, seguimos três linhas de apoio: 1) a revisão da história da inserção de mulheres no jornalismo esportivo e o levantamento de quantas mulheres negras já atuaram e atualmente atuam nos principais canais de esporte que vão ao ar no Rio de Janeiro. 2) Das quatro jornalistas esportivas negras trabalhando na televisão atualmente, entrevistamos duas que trouxeram relatos de como o racismo impacta suas carreiras. Impactos esses que vão desde oportunidades reduzidas até a pouca perspectiva de crescimento na profissão. 3)

Analizamos a seleção de narradoras do concurso Narra Quem Sabe, da Fox Sports, e o caso da demissão da repórter Camila Silva.

Vemos, então, como pouco se avançou nesses 70 anos de televisão brasileira, mesmo com o nível de profissionalização da população negra aumentando nas últimas décadas. Nota-se o caráter estrutural da discriminação de raça e gênero, que se sustenta em estereótipos e na hegemonia branca em cargos de decisão e liderança.

Acreditamos que este trabalho é relevante para levantarmos um novo viés de análise quando se discute racismo e machismo no telejornalismo esportivo brasileiro. Afinal, quando se fala que as mulheres estão conquistando ou que precisam de mais espaço na profissão, estamos falando de quais mulheres? Como questionou Sojourner Truth, “e eu não sou uma mulher?” Até mesmo nos trabalhos sobre a presença da mulher do jornalismo esportivo que consultamos, a questão racial é raramente abordada. Parece mera coincidência que todas as mulheres que fizeram história como repórteres de campo, apresentadoras e comentaristas tenham a mesma aparência. Parafraseando bell hooks, gênero não é o único fator determinante do destino da mulher na nossa sociedade (HOOKS, 2015, p. 196). Assim, não trata-se de uma disputa para definir quem sofre mais, como sugeriu Leah Fritz (FRITZ apud HOOKS, 2015, p. 196), mas sim do reconhecimento de que as mulheres são afetadas pela opressão de formas diferentes.

Por fim, ainda que o jornalismo esportivo seja considerado uma editoria menos relevante, fato é que só o futebol movimenta R\$52,9 bilhões na economia do país, segundo estudo realizado pela EY e publicado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF)<sup>33</sup>, e os programas esportivos conversam com públicos de diferentes camadas da sociedade, sendo responsáveis pela formação de opinião e senso de identidade nacional como qualquer outra editoria. Assim, é imprescindível que os porta-vozes das notícias sejam diversificados a fim de combater a discriminação que também se reproduz contra profissionais e torcedoras nas ruas e estádios.

---

<sup>33</sup> Disponível em

<<https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/index/cbf-apresenta-relatorio-sobre-papel-do-futebol-na-economia-do-brasil>> Acesso em 14 Mar 2021.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, Claudia Rosa; TRINDADE, Luiz Valério de Paula. **Análise de ausência de diversidade étnica nos telejornais brasileiros.** ALCEU. v. 11, n.22, p. 90-108. Rio de Janeiro, 2011.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARBEIRO, Heródoto; RANGEL, Patrícia. **Manual do Jornalismo Esportivo.** São Paulo: Contexto, 2013.

BARBOSA, Ely Guedes; SILVA, Silvano Alves Bezerra da. Cor e Sexo no Jornalismo: representações das mulheres negras nas páginas de duas revistas femininas. Revista da ABPN. v. 1, n. 2, p. 133-156. Minas Gerais, 2010.

BARBOSA, João Paulo. **O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910).** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: 2016.

BARROS, Laan Mendes de; NETO, Solon Barbosa Veloso. **Claros e escuros: violências na sociedade midiaticizada brasileira.** REU. v. 42, n. 2, p. 299-316. Sorocaba, 2016.

BASTHI, Angélica (Org.). **Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia.** ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM). Brasília, 2011.

BRAVO, Débora Vasconcellos Tavares. **Elas assumiram o comando: as mulheres no mundo do telejornalismo esportivo.** Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo). UFV: Viçosa, 2009.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos.** Vol. 1. 5 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer O Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>> Acesso em: 13 jun. 2020.

COELHO, Paulo Vinicius. **Jornalismo Esportivo.** 4 Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

DANTAS, Monique de Andrade. **Mulheres no Jornalismo Esportivo.** Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo). ECO/UFRJ: Rio de Janeiro, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política.** São Paulo: Boitempo, 2017.

FERRO, Rogério. **O negro sem cor no telejornalismo brasileiro**. In: BORGES, Roberto; BORGES, Rosane (Orgs.). *Mídia e racismo*. Petrópolis: DP et Alii Editora, 2012.

FRANÇA, Valter. **Onde estão os negros no telejornalismo? Estratégias para o apagamento do preconceito racial no trabalho**. Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo). ECO/UFRJ: Rio de Janeiro, 2006.

FREIRE, João. *Mídia, estereótipo e representação das minorias*. Eco-Pós, Rio de Janeiro. v. 7, n. 2, 2004.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje - Anpocs, p. 223-244. São Paulo, 1984.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **O recente anti-racismo brasileiro: o que dizem os jornais diários**. Revista USP. v. 28, p. 84-95. São Paulo, 1995.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

HOOKS, bell. *Mulheres Negras: moldando a teoria feminista*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº16, p. 193-210. Janeiro - Abril. Brasília, 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00193.pdf>> Acesso em: 12 mar. 2021.

MORAES, Elisabete Rodrigues. **A abolição da escravatura no Brasil sob o prisma da imprensa: fontes para o ensino e a pesquisa da história (1871-1885-1888)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado Profissional em História). ICHI/FURG: Rio Grande, 2014.

PEDROZA, Christiana Lamoglia Sobral. **Mulheres no Jornalismo Esportivo: os desafios e dificuldades da profissão**. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo). ECO/UFRJ: Rio de Janeiro, 2017.

PIMENTA, Izadora Silva. *O negro na telenovela brasileira: um ensaio sobre representações limitadas por poder e estereótipos*. São Paulo, 2018. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/329070520\\_O\\_negro\\_na\\_telenovela\\_brasileira\\_um\\_ensaio\\_sobre\\_representacoes\\_limitadas\\_por\\_poder\\_e\\_estereotipos](https://www.researchgate.net/publication/329070520_O_negro_na_telenovela_brasileira_um_ensaio_sobre_representacoes_limitadas_por_poder_e_estereotipos)> Acesso em 23 mar. 2021.

PONTES, Felipe Simão. **Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. v. 20, n 1. Brasília, 2017.

PORTAL, Raquel Pinheiro. **A Cor da Mídia Televisiva: A (in) visibilidade da jornalista negra na televisão paraense**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste: Goiânia, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIGHI, Anelise Farenzena. **As donas da bola - Inserção e atuação das mulheres no jornalismo esportivo televisivo**. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo). UFN: Santa Maria, 2006.

SANTOS, Yasmin. **Letra Preta: a inserção de jornalistas negros no impresso**. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo). ECO/UFRJ: Rio de Janeiro, 2019.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. **Feminismo Negro e suas práticas no campo da cultura**. Revista da ABPN. v. 1, n. 1. Minas Gerais, 2010.

SILVA, Amanda Martins Avelino. **O que é ser mulher? Uma análise sobre a (re)produção da identidade feminina na mídia**. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo). ECO/UFRJ: Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Marihá Gonçalves da. **Negras! Somos todas Maju: um estudo sobre representação e racismo no Jornal Nacional**. Monografia (Graduação em Jornalismo). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS: Porto Alegre, 2017.

SODRÉ, Muniz. **Uma lógica perversa de lugar**. Revista ECO-Pós. v. 1, n. 3. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <[https://revistas.ufrj.br/index.php/eco\\_pos/article/view/22524](https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/22524)>. Acesso em: 13 jun. 2020.

SYFER, Ingrid. **Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e "a questão do sujeito" na teoria crítica feminista**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. n 94. São Paulo, 2015.

VILARDO, Isadora Silva. **Protagonistas negras na Rede Globo: a construção da identidade das mulheres negras no Brasil**. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo). ECO/UFRJ: Rio de Janeiro, 2017.